

Desenvolvimento - Para quê? Para quem?

Marcos Arruda*

Impactos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) sobre a vida de milhares de famílias de pescadores na Baía de Sepetiba com a cumplicidade do BNDES e do Governo Federal; ação cidadã de monitoramento e incidência sobre o BNDES e suas políticas; luta por melhores condições de vida e trabalho na Zona Oeste do Rio de Janeiro; arranjos produtivos locais na Zona Oeste, no espaço compartilhado da Rede de Socioeconomia Solidária da ZO; crítica ao modelo dominante de desenvolvimento: todos estes assuntos constituem campos de atividade do Pacs no momento atual e são examinados neste número do Informativo PACS. Eles têm um denominador comum: a busca de caminhos alternativos de desenvolvimento, que tenham como objetivo a satisfação das necessidades e o desabrochar dos potenciais de cada pessoa, comunidade e povo.

Sandra Quintela esboça os principais efeitos de um projeto de Pólo Siderúrgico, liderado pela CSA, que é um consórcio dominado pela transnacional alemã ThyssenKrupp, tendo com aliada a Vale. Um projeto cuja fachada é de progresso, pois trata da produção de aço para exportar com valor agregado o minério brasileiro. O artigo mostra que ele está sendo fator de devastação de uma área de conservação natural, incide em graves irregularidades laborais e está pondo em grave risco o trabalho e a sobrevivência de mais de 8 mil famílias de trabalhadores da pesca. Márcia Shoo entrevista o

pescador Luiz Carlos, que dá um testemunho vivo do drama vivido pelas comunidades populares de Sepetiba. O PACS, juntamente com a Fundação Rosa Luxemburgo, levou estas denúncias a um fórum de fundações alemãs de cooperação internacional em Frankfurt e, junto com representantes dos pescadores e do movimento ecológico da região, ao Tribunal Permanente dos Povos, reunido em Lima, Peru, em maio de 2008.

Carlos Tautz mostra como o Estado brasileiro está modelado pelo modo de desenvolvimento concentrador, focado nos lucros e não nas necessidades humanas. Tautz menciona o BNDES como principal vetor de financiamento de longo prazo, que prioriza crédito para grandes empresas, inclusive estrangeiras, e para setores e atividades altamente concentradoras de capital, usando sobretudo recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Tautz acena para a Plataforma BNDES, da sociedade civil, como um programa cidadão que questiona e pressiona o banco no sentido de uma inversão de prioridades e da plena transparência como obrigação constitucional, não somente porque os recursos

do BNDES são públicos, mas também por causa do amplo impacto das suas políticas creditícias na configuração do modo de desenvolvimento do Brasil.

Leonardo dos Santos discorre sobre a história da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, território preferencial do trabalho de desenvolvimento autogestionário do PACS junto a comunidades, cooperativas e associações de trabalhadoras/es. Indica os fatores que hoje atuam para atrair governos e empresas, inclusive estrangeiras, a implantar pólos de atividade industrial na região, contribuindo para seu desenvolvimento econômico. Questiona o fato de tais projetos terem o caráter de enclaves, desconhecendo a realidade social e natural da Região e gerando uma crescente dívida social e ecológica. Tendem, pois, a beneficiar atores externos em prejuízo das comunidades locais e do meio natural. O artigo conclui com a menção a

resistência da população local a este modelo e a busca de caminhos alternativos para o autêntico desenvolvimento socioeconômico e humano da Zona Oeste.

Robson Patrocínio conta como nasceu e se desenvolve a Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste, uma articulação popular que constrói algo mais do que crítica e denúncia – novas relações sociais de produção e de intercâmbio, fundadas nos valores da cooperação e da solidariedade.

Ana Agostino nos convida a olhar criticamente o modo de desenvolvimento dominante no

Ocidente capitalista e compreender que ele tem sido marcado pelo aprofundamento das desigualdades e da alienação, e se sustenta no mito do crescimento ilimitado da produção e do consumo de bens materiais. A tese de Ana é que o próprio desenvolvimento é o problema, sendo ele o vetor dos mitos do crescimento, da produção, do consumo e da busca desenfreada de lucros. Ela contrasta tal paradigma com o do “bem viver”, da vida humana com dignidade. A nosso ver, o equívoco não está no termo *desenvolvimento*, que por definição tem a ver com o desdobramento da consciência e dos potenciais inerentes ao indivíduo ou à coletividade humana – fundamento do processo evolutivo que constitui a história da vida e da nossa espécie. Está, sim, em identificá-lo com a acumulação e o crescimento ilimitado da produção e do consumo de bens materiais e à busca incessante do máximo lucro por atores privados. Para o PACS, o desenvolvimento econômico e tecnológico só tem sentido se está a serviço do desenvolvimento humano e social. ☺

* Socioeconomista do Pacs.



Companhia Siderúrgica do Atlântico: Desenvolvimento ou devastação de uma área de conservação natural?

Crítica ao desenvolvimento

Ana Agostino*

O conceito de desenvolvimento surge na década de 1950 como um desejo universal capaz de resumir os anseios por uma vida melhor a milhões de seres humanos em todo o mundo. Desde suas origens, o discurso pretende ser sensível às particularidades das diversas sociedades. Porém, mais de cinco décadas de sua implementação têm mostrado que o desenvolvimento é uma prática homogeneizante que desconhece a pluralidade de naturezas, culturas e, portanto, as alternativas que surgem a partir destes contextos.

Houve várias etapas na história do desenvolvimento com diversas ênfases, desde a clássica proposta de Rostow a respeito dos estágios do crescimento econômico que os países subdesenvolvidos necessariamente deveriam seguir para alcançar a modernização e a industrialização, passando pela proposta das necessidades básicas, a teoria da dependência, *self-reliance*, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, entre outros. Algumas dessas propostas surgiram no marco do que se

O discurso do desenvolvimento está previamente definido pelas pautas ocidentais.

pode chamar de desenvolvimento alternativo, devido à introdução de novas áreas de preocupação como o meio ambiente, os direitos humanos, os processos democráticos, a dimensão local, as preocupações e aspirações próprias das populações independentes dos imperativos que vêm do “aparato do desenvolvimento”.

Uma análise sistemática destes modelos, contudo, evidencia que os eixos centrais do discurso de desenvolvimento se mantêm inalterados: o crescimento econômico,

a modernização, o modelo ocidental como guia, a auto-percepção de “subdesenvolvidos” para a grande maioria da humanidade. A partir deste ponto de vista é possível afirmar que o desenvolvimento sempre é exógeno à medida em que o desejo sobre que sociedade construir está previamente definido pelas pautas ocidentais.

Enquanto isso, o desenvolvimento endógeno supostamente se orienta a potencializar as capacidades internas de uma comunidade local, de modo que possam ser utilizadas para fortalecer a sociedade em seu conjunto, tanto a partir do ponto de vista social como econômico e cultural. A própria aceitação da necessidade do desenvolvimento está em contradição com o caráter de endógeno. Nesse sentido, é interessante o pensamento de Arturo Escobar em relação à prática de comunidades afrodescendentes do Pacífico Colombiano, cuja aspiração não é o desenvolvimento, e sim o “viver bem”, com dignidade. Este viver bem está determinado cultural, étnica e socialmente por cada comunidade, e a partir delas é que se definem onde e como orientar a busca pelo bem estar.



O desenvolvimento, ao contrário, é um discurso que já definiu a priori o bem estar a partir de critérios ocidentais. Não é por acaso que o relatório da Secretaria Geral das Nações Unidas, em seguimento aos resultados da Cúpula do Milênio – que aprovou os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – advoga, por um lado, que “corresponde a cada país em desenvolvimento a responsabilidade primordial de seu próprio desenvolvimento”, e em linhas abaixo afirma que “sem políticas econômicas dinâmicas, orientadas em direção ao crescimento do setor privado, capaz de gerar empregos, renda e ganhos tributários a longo prazo, não se alcança um crescimento econômico sustentável”. Ou seja, as respostas estão dadas independentemente das alternativas que as múltiplas culturas do mundo possam pensar – e que de fato estão implementando.

O exemplo mais gritante dessa contradição do discurso de desenvolvimento é a atual crise alimentar. Como historicamente o desenvolvimento orientou-se para que as soluções proviessem do crescimento, da produção, do consumo e da busca de lucros, a Cúpula que acaba de acontecer em Roma ofereceu como principal resultado um empurrão em direção a uma maior liberalização dos mercados, em lugar de um apoio genuíno às diversas práticas de soberania alimentar. A agricultura de subsistência foi sempre vista pelo discurso do desenvolvimento como uma prática atrasada, divorciada dos critérios de eficiência que guiam a lógica produtivista dos programas de desenvolvimento. Nessa lógica, a terra e todos os recursos naturais são vistos como improdutivos na medida em que não colaboram com a acumulação do capital. Nesse marco do discurso que, por mais de cinco décadas, priorizou o crescimento e a acumulação, é impossível encontrar alternativas a essa lógica, ainda que o desenvolvimento se defina como endógeno, pois o único que pode variar é este que, no final das contas, se mantém da mesma forma. Os problemas gerados pelo modelo ocidental só podem encontrar respostas fora desse modelo e, portanto, fora do paradigma do desenvolvimento.

* É doutora em estudos sobre Desenvolvimento pela UNISA (Universidade da África do Sul). Integra o comitê editorial da revista *Development*, da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento. Publicou vários artigos e colaborações em livros sobre o tema Pós-Desenvolvimento. Trabalha com comunidades rurais tanto no Uruguai, seu país de origem, quanto na África do Sul.

ThyssenKrupp e Vale do Rio Doce: um consórcio que traz morte e destruição no Rio de Janeiro

Sandra Quintela*

Em outubro de 2006 é lançada no bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, a pedra fundamental da planta industrial de uma das maiores empresas do mundo no ramo de mineração, siderurgia e tecnologia de ponta no setor automotivo. Será a maior siderúrgica a ser instalada na América Latina. Cinco milhões de toneladas de placas de aço, 100% voltadas para exportação: 3 milhões de toneladas para os Estados Unidos e 2 milhões para a Alemanha. A energia prevista para viabilizar essa produção virá de uma fonte altamente poluente: serão 4 milhões de toneladas de carvão por ano, que chegarão de navio à empresa. Ao todo, nove milhões de toneladas/ano de matéria prima circulando pela bela Baía de Sepetiba.

Enquanto isso, cerca de oito mil famílias de pescadores que vivem no entorno já experimentam o sumiço do robalo, da corvina, do camarão. O lugar em que a empresa está fazendo a dragagem para garantir a acessibilidade dos navios ao seu porto é exatamente onde essas espécies fazem sua desova, garantem sua reprodução e, com isso, a fartura na mesa dessa gente que há gerações vive do que a Baía lhes presenteia.

Quando ao grande argumento para atrair investimentos dessa monta, criar empregos... o próprio governo do Estado não sabe quantos postos ao certo serão criados. Com base no estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que mostra que a cada R\$ 200 mil de investimentos é gerada uma nova vaga de emprego, a

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (SECT) anunciou no dia 10/06/08 que as obras do complexo siderúrgico do grupo alemão ThyssenKrupp e da Companhia Vale do Rio Doce vão gerar 35 mil vagas a partir de um investimento de R\$ 7 bilhões. Só que a Secretaria de Obras do mesmo governo, em relatório disponível na página <http://www.obras.rj.gov.br/projetos.asp>, afirma que serão gerados 10 mil empregos durante a obra e 3,5 mil empregos após seu pleno funcionamento. Só aí já haveria uma contradição nessas informações: a diferença entre elas é de cerca de 13,5 mil empregos.

Ao mesmo tempo, denúncias já realizadas ao Ministério Público Federal apontam para mais de 80 mortes de operários durante a implantação da usina em Santa Cruz. Há questões graves também relacionadas ao impacto ambiental e à legalidade das obras que estão sendo realizadas a ritmo acelerado, para garantir sua inauguração em março de 2009. Recentemente (09/06/08) o Ministério Público Federal recomendou ao Estado a suspensão das licenças ambientais dadas pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) para as obras. Requisitos legais das licenças expedidas foram descumpridos, com destaque para a exigência do aval do Ibama ao empreendimento. Essa anuência é necessária devido à intervenção no entorno da Baía de Sepetiba, área de preservação permanente. A licença para desvio do canal de São Fernando, por exemplo, dependeria da autorização do Ibama para a retirada da

vegetação nativa de Mata Atlântica¹. Enquanto isso, as populações locais lutam para enfrentar essa espécie de Tsunami que é a implantação de fábricas desse porte em regiões de forte presença de comunidades e de biodiversidade.

Seria interessante também calcular quanto custa matar o local de desova de espécies marinhas. Quanto custa a destruição de manguezais, a escassez de peixe que compromete a vida daqueles e daquelas que vivem da pesca? Quanto valem a atmosfera e a água que serão contaminadas pela operação da CSA?

O atual modelo econômico quer transformar os alimentos, a energia e todos os recursos naturais em mercadorias para atender à ganância de lucros das grandes empresas transnacionais. O consórcio ThyssenKrupp/Vale é um dos empreendimentos cujas operações envolvem vários setores industriais, se apropriando da terra, das águas, dos minerais e da biodiversidade, privatizando o que é de todos e todas. E tudo isso, contando com o apoio financeiro do Governo Federal através de isenções fiscais (só em 2006 cerca de R\$ 250 milhões) e de empréstimos públicos, como foi o do BNDES, da ordem de R\$ 1,48 bilhão.

O que seria possível fazer com esses recursos? Que tipo de desenvolvimento poderia ser pensado para esta região do município do Rio de Janeiro, que é a mais pobre da cidade, e onde inúmeros conflitos fundiários (por falta de moradia) e ambientais (pela atuação das grandes empresas) gritam e denunciam a situação de super-exploração em que vivem os trabalhadores daquela região?

A Baía de Sepetiba já sofre há anos a ação irresponsável de grandes empresas que a tratam como depósito de lixo. Ao invés de adotar políticas públicas que reparem os erros passados e busquem projetos limpos e incluídos, os governos têm optado por continuar insistindo no modelo do passado: o primário-exportador baseado na exploração máxima da força de trabalho, energia e matéria prima baratas e abundantes, sem qualquer consideração com a justiça social e ambiental.

É preciso refletir se é desse tipo de emprego que os trabalhadores precisam. Outras fontes de vida e de trabalho estão sendo destruídas em nome do 'progresso'. Ainda é tempo de reagir!²

* Socioeconomista do Pacs.

¹Disponível em <http://www.prrj.mpf.gov.br/>

²Entidades alemãs solidárias com as comunidades locais afetadas pelo projeto ThyssenKrupp conseguiram introduzir o caso numa discussão no Parlamento alemão. O Governo central terá que responder às perguntas do Parlamento nas próximas semanas.



Baía nem para peixe, nem para pescador

Reportagem: Márcia Shoo

As embarcações modernas da empresa alemã ThyssenKrupp e da parcialmente estrangeira Vale atravessaram o oceano e desembocaram às margens da Baía de Sepetiba, dando início a um imenso estrago social e ambiental bem longe de suas casas, com a instalação da bilionária Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). “Dentro da Baía, em linha reta até o cais, já são quatro quilômetros de extensão ocupada pelo consórcio. O projeto

não foi aceito no país deles devido ao altíssimo grau de poluição. O Brasil é muito bonzinho e aceitou. Soltam um pó tão perigoso que abre buracos na lataria de carros. É por isso que uma outra fábrica [a empresa coreana *Hyundai*] desistiu de se instalar aqui”, resume o nível da situação o **pescador artesanal Luiz Carlos**, que vem lutando ao lado de uma

comunidade de mais de oito mil pescadores na região para manter o equilíbrio natural das águas, os peixes e a sobrevivência daquela população, formada também por artesãos, pequenos criadores de gado e famílias de agricultores, muitas removidas do local onde se instalou o canteiro de obras do complexo siderúrgico.

Em maio, Luiz Carlos, que na maior parte da vida navegou a remo, e só nos últimos anos modernizou-se com uma pequena embarcação a motor, também se locomoveu para muito distante de sua casa, em Jesuítas – comunidade construída no final da década de 1950 ao redor da Baía pelos próprios pescadores – onde ele também nasceu. Convidado pelos movimentos sociais a testemunhar no TPP, o Tribunal Permanente dos Povos, Luiz Carlos embarcou pelos ares até Lima, Peru, em busca de um julgamento crítico, justo e efetivo sobre a atuação do consórcio ThyssenKrupp/Vale na Zona Oeste do Rio. No Tribunal, que aconteceu como parte da Cúpula dos Povos¹ deste ano, o pescador falou a um círculo de juristas, intelectuais, ativistas de direitos humanos e jornalistas do mundo inteiro, denunciando a mortandade de peixes, caranguejos, jacarés, capivaras e lontras em sua região; testemunhando as necessidades porque vêm passando seus milhares de companheiros de pesca; evidenciando os danos ecológicos à Baía de Sepetiba e à vegetação do entorno; desvelando o abarroamento de pequenas embarcações, e a morte de 83 trabalhadores, entre pescadores e funcionários da própria CSA, por conta da maquinaria e das atividades da obra, desde que ela começou. De cerca de 20 casos apresentados na Cúpula dos Povos sobre práticas ilegais de transnacionais européias no continente latino-americano, sete eram brasileiros.

Logo no início da obra, Luiz Carlos havia organizado um protesto pacífico em frente ao terreno. Reivindicava o desconhecimento da população local sobre a chegada do

projeto, cujos responsáveis, segundo ele, não procuraram em momento algum a comunidade para tratar do assunto, e falsificavam assinaturas que comprovavam o acesso da comunidade às informações. Os dirigentes da CSA pediram aos pescadores uma proposta de ressarcimento por sete meses de pesca prejudicada, que deveria ser cumprido até março do ano passado. De lá para cá, o máximo que Luiz Carlos conseguiu do consórcio foram 100 reais de indenização – a metade do que havia pedido – por um corte de mais de 200 metros em sua rede de pesca, que ficou agarrada à hélice de uma das embarcações da CSA. “Não vamos conseguir vetar a obra, só um milagre. Vamos ficar sem nossa área saudável de trabalho. Queremos embarcações melhores para pescar a maiores distâncias”, já que os peixes não aparecem mais naquela região, devido aos rebocadores e às tubulações da dragagem de 30 metros de profundidade realizada pela obra, que sugam os animais aquáticos e as redes a mais de 300 metros de distância. “Saíamos de madrugada na época da tainha e voltávamos à tarde com quinhentos quilos, às vezes até uma tonelada de peixe. Pra quem ficou na pesca está difícil. Muitos se inscreveram para trabalhar na Siderúrgica, por falta de opção, mas quando se descobre que são pescadores, são descartados por haver processos contra a fábrica através das colônias.”

Quase toda a vida Luiz Carlos se locomove sobre uma cadeira de rodas ou em cima de um barco. Se aos dois anos teve uma paralisia infantil irreversível, aos sete descobriu-se pescador para sempre.

Neto do português que o colocou no caminho das águas e dos peixes do Rio Guandu-Mirim, no Rio de Janeiro, e de uma legítima índia, segundo ele, “pega no laço” das terras de Mangaratiba, litoral sul do Estado, Luiz Carlos é um genuíno caboclo, fruto daquela antiga história trazida há mais de quinhentos

anos pelas marés, e ancorada até hoje por essas terras. A história colonial das embarcações européias, saqueadoras de nossas riquezas continentais, que é responsável também por constituir o que somos – o povo do qual eu, você e o pescador Luiz Carlos fazemos parte – permanece a mesma história, fortalecida por um modelo de desenvolvimento baseado na dependência estrangeira e no seu sistema de exploração, no poder do lucro, na destruição de ecossistemas e na destruição deste mesmo povo que a história criou. ☹

¹ A Cúpula dos Povos, realizada no mês de maio em Lima, no Peru, reuniu milhares de representantes de organizações e movimentos sociais latino-americanos e europeus para discutir modelos de desenvolvimento econômico e de integração regional alternativos aos propostos pelos 60 países presentes na Cúpula União Européia / América Latina e Caribe, que aconteceu ao mesmo tempo e na mesma cidade. O TPP ficou estabelecido na Carta de Direitos dos Povos, em 1976, na Argélia.



Arranjos produtivos locais: uma experiência de mão e contra-mão

Robson Patrocínio de Souza*

Quando reiniciamos nossos trabalhos na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a frase que mais escutávamos era: “na Zona Oeste não tem nada, falta tudo”. E de fato não precisa ser nenhum especialista para perceber que os problemas não são poucos. Entretanto, as riquezas também não são.

A Zona Oeste é a maior região do município do Rio de Janeiro, ocupando quase 58% do território. Antiga área agrícola, hoje a região se destaca pelos pólos industriais e pelas reservas florestais que abriga, além de destacada participação no processo histórico de desenvolvimento da cidade, deixando para as gerações atuais sítios, prédios e monumentos de expressiva importância. É também uma região de grande especulação imobiliária, que gera depreciação acelerada do meio ambiente e graves conflitos na luta pela terra e moradia, tendo como principal vítima a população, que vive em áreas consideradas de risco pelo poder público.

Na perspectiva de potencializar as riquezas da região, começamos a investir nos arranjos produtivos locais com vistas ao desenvolvimento local, que consideramos tratar-se da constituição do tecido territorial a partir do fortalecimento dos empreendimentos da economia popular e da economia solidária, articulados em rede e com outras experiências, grupos, outras redes, empresas privadas e públicas, organizações educacionais e o poder público local, com o objetivo de criar estratégias de enfrentamento dos problemas.

Como um passo importante, em 2006, realizamos o Seminário Articulação GerAção, construído numa parceria da Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste do Rio de Janeiro (Rede SOCIOECOZO) - com o PACS. A SOCIOECOZO nasceu em 2007 com o objetivo de aglutinar forças no sentido de fortalecer as várias iniciativas em torno da Socioeconomia Solidária. O público participante desta rede é formado na sua maioria por mulheres entre 35 e 60 anos de idade, oriundas dos vários bairros da região, donas de casa que utilizam os resultados da venda de suas produções como complementação da renda familiar.

Tanto o processo de trabalho junto à Rede quanto o acumulado de experiências proporcionado pelo Seminário nos possibilitaram uma maior clareza sobre o potencial

existente na região, que envolve vários sujeitos inseridos em diversas iniciativas. Entretanto, as ações desempenhadas por esses sujeitos, na sua maioria, estão isoladas e fragmentadas, impossibilitando um salto qualitativo no fortalecimento de cada iniciativa e uma ação articulada mais eficaz para o enfrentamento dos diversos problemas.

Neste sentido, o Pacs começou a contribuir com a SOCIOECOZO procurando dar maior atenção às demandas efetivas dos empreendimentos, que são a comercialização dos bens e serviços produzidos por esses. Além disso,

incentivamos o diálogo de ampliação da parceria com outros fóruns estaduais e nacionais, grupos, redes e poder público local.

Hoje, este processo de articulação em torno da Rede conta com a participação de 26 iniciativas, envolvendo em torno de 250 pessoas de associações, entidades educacionais, cooperativas, empreendimentos coletivos e familiares, e instituições de assessoria. Um passo importante no processo de fortalecimento, em vistas à

consolidação dos arranjos produtivos locais, tem sido a elaboração de forma democrática e participativa do projeto *GerAção: Tecendo Práticas de Comércio Justo na Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste/RJ*, que vai proporcionar uma melhor estruturação da Rede. O projeto prevê cursos nas áreas de formação de preço e gestão de bens e serviços; cursos de aprofundamento nas áreas de Economia Solidária, Comércio Justo e Solidário e Consumo Ético; divulgação dos bens e serviços através da criação de um catálogo de divulgação, de uma dobradura, e da construção de uma página eletrônica; duas Rodadas de Negócios com empresas públicas e privadas; duas Feiras de Comércio Justo e Solidário, e ainda a realização do I Seminário de Troca de Experiências entre Empreendimentos de Economia Solidária da Zona Oeste.

Neste sentido, acreditamos contribuir para a efetivação de uma proposta que prioriza um modelo de desenvolvimento integral e sustentável, embasado na valorização do ser humano e na expansão da vida nas mais diversas dimensões. 

* Graduando em Serviço Social (PUC/RIO) e técnico/educador popular do PACS.



No coração do capitalismo brasileiro

Carlos Tautz*

Nossa sociedade avançou muito nos últimos 30 anos. No que toca o Estado brasileiro, desenvolvemos enorme expertise para monitorá-lo e pensamos formas de melhor alocar seus recursos. Mas, as desigualdades no Brasil têm se aprofundado a um nível, e com tal rapidez, que precisávamos identificar o coração do capitalismo brasileiro, essa máquina geradora de exclusões, injustiças, impactos sociais e ambientais negativos. Sem grandes esforços, identificamos o modelo econômico como o pai de todas as concentrações e percebemos a intrínseca relação entre o Estado e o modelo.

O Estado elabora ideologicamente, faz o planejamento estratégico e de longo prazo, financia grandes agentes públicos e privados em suas ações, legisla, concede e fiscaliza essas grandes forças econômicas. Em última instância, acreditamos que é o Estado, através de suas diferentes instituições, o grande alvo a ser questionado. Diante dessas constatações, o Ibase e outros aliados, entre os quais o Pacs, começaram a debater as outras fontes de recursos do Estado brasileiro, para além do orçamento fiscal, que são determinantes na modelagem do sistema econômico do Brasil. Apesar de sua centralidade, elas atuam livremente e se submetem apenas a controles meramente formais do próprio Estado.

Identificamos alguns “vetores” de um tipo de desenvolvimento cujas ações têm extrema capilaridade em nosso País – por exemplo, Petrobrás, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Votorantim, etc. Nosso primeiro objetivo foi o maior e mais importante desses vetores: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, o grande agente financiador de longo prazo no Brasil, que em 2008 tem orçamento na casa dos 80 bilhões de reais, e cujos desembolsos são maiores que os do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial juntos. O BNDES foi o primeiro escolhido não apenas por ser o maior “vetor”, mas por estar sob ataque daqueles que desejam descaracterizá-lo como agente público de financiamento ao desenvolvimento justo.

A evolução desse monitoramento (que pode ser acompanhada em www.ibase.br/dvdn) está sendo feita por uma articulação de organizações chamada Plataforma BNDES (www.ibase.org.br/userimages/Plataforma%20BNDES.pdf).



De posse das pouquíssimas informações que o Banco disponibiliza, contrariando até o princípio constitucional da publicidade na utilização de recursos públicos, descobrimos como a massiva transferência de recursos públicos para agentes privados é utilizada para construir materialmente a concentração de renda no Brasil.

Observando a lista dos 50 maiores projetos aprovados pelo BNDES nos últimos 12 meses nas quatro áreas de atuação do Banco - inclusão social, infra-estrutura, insumos básicos e industrial (ver <http://www.bndes.gov.br/clientes/setorprivado.asp>) podemos questionar a pertinência de alguns desembolsos emblemáticos do modelo econômico vigente no Brasil. Os maiores aportes do Banco destinam-se a grandes e tradicionais tomadores de crédito do Banco que atuam em áreas tremendamente concentradoras de renda. Alguns ainda possuem outra característica controversa para um banco público de desenvolvimento que opera, em boa medida, com dinheiro do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). O dinheiro foi utilizado em operações meramente financeiras, intrafirmas, e até para comprar ativos no exterior – algo questionável para uma instituição que foi criada para gerar empregos no Brasil. Nas demais áreas, nota-se que o BNDES continua a priorizar empresas e projetos que poderiam captar recursos no exterior e liberar o Banco para investir em ações de impacto social mais representativo e direto.

A novidade da Plataforma BNDES é jogar luz sobre esses espaços de decisão econômica e de circulação bruta de dinheiro, onde são feitas as opções que há décadas vêm mantendo o Brasil na condição de uma grande plataforma de exportação de natureza, com enormes impactos sociais e ambientais. Entretanto, por maior que seja esta Plataforma é apenas um primeiro passo. Outros vetores do desenvolvimento precisam urgentemente serem monitorados, para, com informações qualificadas, serem questionados. ☺

*Jornalista e pesquisador do Ibase.

Informações
PACS

Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Equipe: Ana Cândida, Eliane Macedo, Gabriel Strautman, Gustavo Vaccihi, Jussara Oliveira, Leilane Brito, Leila Salles, Maria Eduarda Quiroga, Marcos Arruda, Peter Gerhard, Rita de Cássia, Robson Patrocínio, Sandra Quintela.

Estagiária: Tatiane dos Santos

Edição: Márcia Shoo 805-MTE/AL

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares

Distribuição: Gustavo Vaccihi e Leilane Brito
Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares?

Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476, de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social - inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003

Zona Oeste contra a destruição e opressão do progresso do capital

Leonardo Soares dos Santos*

A Zona Oeste foi historicamente o grande celeiro da cidade do Rio de Janeiro. Este papel ela manteve desde o período colonial até as primeiras décadas do século XX. Ali se cultivava em grande quantidade produtos como cana-de-açúcar (transformada em aguardente e rapadura), aipim, banana, laranja, limão. Havia também na região intensa criação de gado. A agricultura familiar desempenhava um papel relevante neste cenário. Ao mesmo tempo, a região sempre foi um tanto marginalizada pelos poderes públicos. Daí o fato de sua urbanização ter sido tão lenta. A partir da década de 1960 esse quadro começa a ser alterado. O governo do antigo estado da Guanabara começa a implantar lá zonas industriais, começando por Campo Grande.

Hoje a região é extremamente cobiçada por empreendimentos industriais do ramo siderúrgico e químico, tendo à frente a Companhia Siderúrgica do Atlântico, um conglomerado formado pela corporação de base alemã ThyssenKrupp (90%) com a “brasileira” Vale. Mais do que por esse “progresso” industrial, a região tem se notabilizado por inúmeros conflitos envolvendo grupos industriais e moradores. Trata-se de mera coincidência ou uma coisa está ligada a outra?

As empresas e os grandes conglomerados sentem-se atraídos pelos fatores que fazem da região uma área marginalizada. Parece contraditório, mas quando levamos em conta que o capitalismo sempre busca produzir lucros a um custo financeiro muito baixo e sem consideração pelo custo social e ambiental, vemos que a coisa tem uma lógica: a Zona Oeste é um grande reservatório de mão-de-obra barata, que se deve principalmente à baixa escolaridade. Outro aspecto decisivo para seu barateamento: a sua precária condição de moradia. A Zona Oeste é a região que mais concentra “loteamentos clandestinos”, onde serviços como luz, água e esgoto são deficientes. Na prática, morar num loteamento clandestino já serve como uma justificativa para o empregador (CSA, por exemplo) pagar salários abaixo da média, contribuindo para a redução do custo com este “fator de produção”.

Outro atrativo para as empresas é a grande

disponibilidade de terras. Mais do que isso: de terras baratas. Assiste-se hoje à exploração das últimas parcelas das grandes fazendas que produziam alimentos no período colonial, transformadas agora para a produção de riquezas em benefícios dos grandes conglomerados transnacionais. Some-se a isso o fato de que a região conta com excelente malha de transportes, tanto rodoviário quanto ferroviário, e que é complementada pelo Porto de Sepetiba, atualmente o quarto maior porto do Brasil em termos de movimentação de minérios. Toda essa rede funciona para alimentar as demandas das várias Zonas Industriais da região: Campo Grande, Paciência e Santa Cruz. Outro fator não menos decisivo é a generosidade com a qual os poderes públicos federal, estadual e carioca concedem créditos, isenções e empréstimos (servindo-se do Tesouro público) para presentear esses grandes empreendimentos privados, cuja produção vai toda para o exterior. Além disso, esses empreendimentos contam com a legislação ambiental frouxa e as autoridades venais do estado do Rio de Janeiro, que dão a impressão a esses conglomerados de que tudo podem fazer, inclusive destruir ecossistemas inteiros.

Entretanto, a marcha do grande capital industrial não se dá sem resistências. E os inúmeros conflitos na região, principalmente os de caráter ambiental mostram isso. A devastação ambiental ocasionada por esses empreendimentos é avassaladora: as praias da Baía de Sepetiba são as mais poluídas da cidade (sem contar os constantes assoreamentos); a pesca artesanal da região encontra-se seriamente ameaçada. Por isso inúmeros segmentos da sociedade civil da região têm se mobilizado em fóruns e associações locais, realizando ações no Ministério Público, protestos no centro do Rio e barqueatas na região. Uma outra visão do que seja **progresso** (com justiça social e ambiental) ainda teima em se fazer ouvir. ☹

* Doutorando em História e pesquisador do Observatório Fundiário Fluminense/UFF.



Mulheres e Economia pinta o sete na Zona Oeste

Neste mês de junho terminou a 7ª edição do *Curso Mulheres e Economia*, a terceira realizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no bairro de Campo Grande, no espaço da FEUC - Fundação Educacional Unificada Campograndense. Com o objetivo de contribuir, através dos estudos em economia e feminismo, com a mudança das mulheres na forma de verem o mundo e de enxergarem a si mesmas no mundo, o curso durou 3 meses de atividades semanais e dinâmicas com cerca de 35 mulheres.



Nesta edição, que contou com uma turma mais articulada e com mais experiência no trabalho de base, os assuntos mais discutidos em sala de aula foram as mulheres no mundo

do trabalho, a política econômica e a omissão dos políticos com relação aos problemas do povo. As alunas, mais participativas em sala de aula, levaram quitutes e brindes feitos por elas mesmas para sorteios entre a turma. Outro destaque especial foi o envolvimento de ex-alunas na gestão do próprio Curso.

No próximo semestre, o PACS realizará, no Centro do Rio, um curso avançado de *Mulheres e Economia* para aquelas que já fizeram o básico. “É um curso novo cujo eixo são os modelos de desenvolvimento e o mundo do trabalho das mulheres”, adianta a coordenação do projeto.

No círculo da gestão e viabilidade

A 3ª edição das Oficinas de Apoio a Iniciativas da Economia Popular vem acontecendo quinzenalmente na FEUC, desde o final de abril, e se estenderá até outubro. São 27 participantes, sendo todas mulheres, representando suas associações, feiras, cooperativas, entre outros empreendimentos ligados ao artesanato, principalmente com base no reaproveitamento de materiais. “Esta é um turma que já traz um acúmulo de experiência em temas como o consumo e a consciência ambiental, e com a troca de

informações, produtos e serviços”, avalia a coordenação das oficinas. A maior parte dos grupos empreendedores representados pela turma já participa da Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste (Rede SOCIOECOZO).

O projeto, que é uma parceria entre o Pacs e a Capina, trabalha na perspectiva da construção coletiva do conhecimento, tendo como princípio a gestão democrática. São temas ligados à viabilidade econômica e à gestão de forma integrada a partir do que os grupos trazem dos seus cotidianos, e ainda do que aparece na relação entre o próprio coletivo das oficinas. “Procuramos colocar as questões na roda de modo a serem apropriadas por todas as participantes, valorizando as formas diferenciadas de pensar e de fazer as coisas”, acrescentam os/as educadores/as.



Seminário Pólo Siderúrgico de Sepetiba: Desenvolvimento para quê? Para quem?

Nos dias 27 e 28 de junho, na Igreja Nossa Senhora do Desterro, em Campo Grande, acontece o *Seminário Pólo Siderúrgico de Sepetiba – Desenvolvimento para quê? Para quem?*, que visa discutir os impactos socioambientais sobre as populações no entorno da Baía de Sepetiba, desconhecidos por boa parte das organizações que vivem e atuam na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

O Pacs e a Rede de Justiça Ambiental, a partir de seu acúmulo, elaboração e intervenção no conjunto dos movimentos sociais, e tendo como suporte a formulação teórico-política da temática do desenvolvimento, convida para este debate que visa questionar as políticas “desenvolvimentistas” dos governos federal, estadual e municipal, e dialogar sobre o desafio de se pensar e construir outras formas de desenvolvimento.

São propostas do Seminário apresentar um diagnóstico de conflitos ambientais da Zona Oeste do Rio; ter contato com as diversas visões de desenvolvimento em vigor no mundo; refletir sobre o papel do Estado ao financiar projetos como os da CSA para uma região empobrecida da cidade; debater estratégias onde a população da região seja protagonista de um processo de resistência e criação de alternativas de trabalho que permitam interpelar o Estado sobre o caráter de suas políticas.